

IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica IV Seminário ProfEPT IFRS

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus
impactos na Educação Profissional e Tecnológica
28 a 30 de Agosto de 2023

A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Notas a partir da atuação dos NEABIs no IFSul

Marcell da Silva¹
Nei Jairo Junior²

IFSul - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense¹
IFSul - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense²

Eixo Temático: Eixo 3 Trabalho, Educação e Currículo Integrado

Palavras-chave: Educação para Relações Étnico-Raciais; NEABI; Lei n.º 10.639/03; Igualdade racial; ProfEPT e Combate ao racismo.

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa aborda o tema das ações dos NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para as Relações Étnico-Raciais no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Escolhi esse tema porque tenho experiências pessoais como professor negro de escolas periféricas, e luto diariamente pelo reconhecimento da Educação para Relações Étnico-Raciais e contra o racismo estrutural. A falta de representatividade no ambiente escolar e as situações racistas prejudicam a formação da identidade dos estudantes negros e geram desinteresse. Por isso, acredito que é essencial abordar a temática étnico-racial em sala de aula, pois isso promove uma compreensão mais profunda dos problemas causados pelo racismo e gera cidadãos conscientes.

A escola é um espaço fundamental para abordar questões étnico-raciais, mas ainda há muitos desafios em sua implementação. A Lei n.º 10.639/03 e a Lei n.º 11.645/08 são importantes conquistas, mas seu cumprimento tem sido tímido e enfrenta dificuldades. Como educador, percebo que trabalhar com a temática étnico-racial gera identificação nos estudantes negros e proporciona uma compreensão mais profunda dos males do racismo. No entanto, a falta de representatividade e as situações racistas nas escolas prejudicam a formação de identidade e autoestima dos estudantes negros, levando muitos deles a abandonar os estudos precocemente. A educação étnico-racial deve ser abordada com toda a comunidade escolar, valorizando a história e cultura negra, buscando desconstruir estereótipos e valorizar as diferenças. Através disso, podemos construir uma identidade negra positiva e combater a desigualdade racial presente na sociedade brasileira. Apesar da legislação brasileira, como a Lei n.º 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, ainda há muitas dificuldades na aplicação efetiva dessas políticas educacionais. A representatividade negra também é baixa entre os professores, o que afeta a identificação dos estudantes negros. Nesse sentido, a escola precisa ser um espaço de crescimento e transformação, onde a Educação das Relações Étnico-Raciais seja trabalhada de forma ampla, envolvendo toda a comunidade escolar. A valorização da

história e da cultura negra, assim como o combate ao racismo, são fundamentais para criar uma identidade. Neste projeto de pesquisa, o foco está nas ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) para o desenvolvimento de políticas educacionais de Relações Étnico-Raciais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). O objetivo geral é identificar em que medida a política para as Relações Étnico-Raciais pode ser promovida na instituição por meio da atuação dos NEABIs. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, como compreender a fundamentação teórica da Educação para Relações Étnico-Raciais no combate ao racismo estrutural, identificar estudos relacionados à temática das Relações Étnico-Raciais e NEABIs, aproximar a concepção da Educação para Relações Étnico-Raciais com a base conceitual da Educação Profissional Técnica (EPT), conhecer as atribuições e a legitimidade dos NEABIs no IFSul e desenvolver um produto que divulgue as ações dos NEABIs voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A justificativa para o projeto se baseia no documento que aborda a formação humana integral na Educação Profissional Técnica, visando superar a divisão social do trabalho e formar cidadãos conscientes, críticos, autônomos e preparados para somar na sociedade. A Educação para Relações Étnico-Raciais é considerada essencial nesse processo, promovendo reflexões sobre o racismo estrutural tanto dentro quanto fora da sala de aula.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Nessa parte de nossa pesquisa, apresentamos os referenciais teóricos que sustentam nosso referencial e está dividido em 5 seções, pautadas a partir de uma estrutura organizada previamente. Iniciamos com: *O racismo estrutural no Brasil*, seção esta que busca abordar esse conceito bastante difundido nos últimos anos e, embora seja muito utilizado, ainda é bastante desconhecido pela população, essa seção tem os autores Silvio Almeida, Laurentino Gomes, Kabengele Munanga, Neusa Souza, Florestan Fernandes, Djamilia Ribeiro, Robin Dangelo entre outros, como referência do tema. A segunda seção *O Movimento Negro Brasileiro*, traz a história das lutas dos movimentos negros brasileiro, lutas essas que culminaram em leis e política públicas que buscam a igualdade racial e o combate ao racismo. Tem como autores referenciais: Petronio Domingues e Antônio Sérgio Guimarães. A terceira seção: *A Educação para Relações Étnico-Raciais pretende* fazer uma abordagem sobre a educação antirracista e sobre o combate ao racismo no ambiente escolar. Os autores que serviram como referência para essa seção são: Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. A quarta seção: *A educação profissional e tecnológica*, aborda esse modelo de educação que tem como um dos princípios a formação humana integral. Logo, podemos ter uma educação que busca formar cidadãos que saibam lidar com a igualdade racial, livre dos preconceitos raciais. Os autores utilizados nessa seção são: Clóvis Moura, Eliezer Pacheco, Marise Ramos, Francisco das Chagas Silva Souza e Vivianne Souza de Oliveira Nascimento. A quinta e última seção intitulada: *Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs)*, pretende mostrar como esses núcleos são importantes na promoção das ações afirmativas e da Educação para Relações Étnico-Raciais dentro das instituições. Assim, com a valorização dos NEABIs dentro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, poderemos pleitear uma educação antirracista e que venha a combater o racismo estrutural. Essa seção utiliza como referência os autores Wilson Mattos, Anne de Matos Souza Ferreira e Wilma de Nazaré Baía Coelho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar esse estudo e responder o objeto proposto, escolhemos realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, buscando o aprofundamento da compreensão de um grupo social, não se preocupando com a representatividade numérica. Em relação a natureza

da pesquisa, podemos afirmar que realizamos uma pesquisa de natureza básica, segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. A presente pesquisa se classifica em pesquisa exploratória, uma vez que pretendemos proporcionar maior familiaridade com as ações dos NEABIs dentro dos Institutos Federais do IFSul. Nessa perspectiva, realizamos um estudo de caso multicasos, uma vez que investigamos os NEABIs presentes em câmpus do IFSul. Como não queremos fazer um comparativo entre os câmpus pesquisados, acreditamos que esse tipo de estudo de caso seja o mais adequado. Para alcançar o sucesso na pesquisa, foram utilizadas diversas técnicas de coleta de dados, incluindo pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, questionários e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental permitiu a compreensão da criação e regulamentação dos NEABIs, assim como das políticas públicas para Relações Étnico-Raciais nos Institutos Federais. Já a pesquisa bibliográfica proporcionou informações sobre as ações dos NEABIs do IFSul e como eles promovem a Educação para Relações Étnico-Raciais. Dessa forma, ambos os métodos foram fundamentais para a obtenção de dados relevantes para a pesquisa. Para realizar a coleta de dados utilizamos duas ferramentas: um questionário virtual e entrevista semiestruturada, que foi realizada com 10 coordenadores dos NEABIs do IFSul. Posteriormente realizamos a análise de dados, que consiste em compreender e interpretar o material qualitativo que foi coletado ao longo da pesquisa. Utilizamos a técnica de análise de conteúdo, a partir da perspectiva de Bardin.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os materiais coletados com os questionários e as entrevistas foram substanciais e valiosos, elucidando diversos questionamentos que tínhamos ao longo de nossa pesquisa. Dessa maneira, foram estabelecidas categorias que facilitarão nossa abordagem de forma mais didática e esclarecedora. Desta forma, nossa análise de dados foi organizada com base nas categorias que ao longo da análise de dados surgiram e que buscam trazer respostas para nossa pergunta de pesquisa, bem como alcançar os objetivos propostos totalizando 5 categorias.

Iniciamos com a categoria “Conhecendo os NEABIs”, que busca saber um pouco mais sobre quem compõe o núcleo, como e onde acontece as reuniões. Outra categoria da análise de dados recebeu o título de “As ações desenvolvidas ou planejadas pelos NEABIs”, que tem como foco conhecer as ações desenvolvidas pelos NEABIs de todos os câmpus do IFSul. A terceira categoria, chama-se “A importância do NEABI dentro da Instituição e na formação pretendida pela EPT”, abordando a importância do núcleo para instituição, bem como na formação que a mesma busca para seus alunos. A próxima categoria intitulada “A Educação para Relações Étnico-Raciais e a aplicação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 nos espaços do IFSul”, abordou a EREER e as leis de temática racial em 2 momentos distintos, buscando saber sobre a aplicação das mesmas diretamente pelo núcleo e posteriormente pelos cursos oferecidos pela instituição. E a quinta e última categoria chama-se “Mudanças necessárias para a implementação de leis com temática racial e o fortalecimento da EREER no Instituto Federal Sul-rio-grandense”, que aborda as sugestões dos coordenadores para que as mudanças necessárias para a implementação da EREER e das leis de temática racial de forma ampla e sólida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações finais destacam a importância dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do IFSul em nossa pesquisa, constatamos a relevância do material produzido pelos coordenadores dos NEABIs. Observamos que a produção acadêmica sobre os NEABIs ainda é limitada, apesar do aumento das políticas públicas

relacionadas aos direitos raciais. Os NEABIs desempenham um papel fundamental ao promover ações e reflexões que combatem o racismo e valorizam a diversidade étnico-racial nas instituições de ensino. Em conclusão, o NEABI é fundamental para uma educação racialmente inclusiva no IFSul. Através de ações, formações e defesa de políticas raciais, o NEABI promove a conscientização e enfrentamento do racismo. É essencial que a instituição reconheça e valorize o trabalho dos núcleos, tornando a temática racial uma prioridade. A formação profissional e tecnológica deve abraçar uma abordagem antirracista, investindo em recursos e capacitação para o NEABI. Uma mudança de mentalidade é necessária, colocando a questão racial no centro das discussões e ações institucionais. Assim, será possível alcançar uma verdadeira educação racialmente inclusiva, formando profissionais e cidadãos conscientes, críticos e engajados na igualdade e no combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003
- _____. Lei nº. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- DIANGELO, Robin. Não basta não ser racista, sejamos antirracistas. Barueri: Faro Editorial, 2020.
- DOMINGUES, Petrônio. (2005). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, 6(10), 16.
- FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos Brancos. São Paulo: Global, 2007.
- GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 143-154.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo social*, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.
- MATTOS, Wilson. MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. Apresentação. In: Educação, relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. Eugenia Portela Siqueira Marques, Wilker Solidade da Silva [Orgs.] – Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- PACHECO, Eliezer. Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais : diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. / Eliezer Pacheco. – Natal : IFRN, 2015.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.
- SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 19.